



RESPOSTA RECURSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2023 FMS

RECORRENTE: ODONTO BLU COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA

RECORRIDO: HUBERMED EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA

BREVE RELATO

A empresa Odonto Blu Comércio e Assistência Técnica LTDA protocolou recurso contra a habilitação da empresa Hubermed Equipamentos e Serviços LTDA, apresentando os seguintes argumentos:

“ [...] Na oportunidade, após o término da etapa competitiva e a declaração da vencedora do lote único, manifestou a Recorrente sua intenção de interpor recurso, com suporte no inciso XVIII do artigo 4º da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, sustentando que a licitante Hubermed Equipamentos e Serviços LTDA não apresentou a tempo e modo, conforme exigido no item 8.4.2 do edital:

Comprovação de possuir capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, admitida a sua atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais e demonstrado mediante apresentação de memória de cálculo. A comprovação será obrigatoriamente realizada através da apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, em consonância com o artigo 31 § 3º da Lei 8.666/93.

[...]

Neste sentido, destaca desde logo que, segundo consta da proposta da licitante Recorrida obtida após a etapa de lances, o valor de sua futura e eventual contratação equivale a R\$ 152.000,00 (cento e cinquenta e dois mil reais), o que impõe, por força do item 8.4.2 do ato convocatório, a ostentação de um capital social mínimo de R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais).

Sucedee, contudo, que, de acordo com a 6ª alteração e consolidação de seu contrato social, o capital social da licitante Recorrida, na data de sua constituição – 29 de junho de 2016 -, foi fixado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Referido valor, mesmo se submetido à variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – AIPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no período, fica aquém do mínimo estabelecido pelo edital, já que a atualização resulta em R\$ 14.332,16, conforme cálculo em anexo.



Logo, a licitante Recorrida não satisfaz a exigência de comprovar deter capital social atualizado de, no mínimo, 10% o valor da contratação.
Em função disto, a inabilitação é inarredável.”

Por sua vez, a Recorrida apresentou contrarrazões no seguinte sentido:

“Em apertada síntese, alegou a Recorrente que a licitante, ora Recorrida, não possui capital social em valores suficientes para atender o requisito editalício. Em que pese o notável esforço empreendido pela Recorrente em suas razões, não prosperam seus argumentos.

A Recorrente escolheu propositadamente o INPC para realizar o cálculo do valor atual da composição do capital social da Recorrida.

Entretanto, o referido índice não se presta à essa função.

Segundo o IBGE, responsável pelo seu cálculo e divulgação, “O INPC tem por objetivo a correção do poder de compra dos salários, através da mensuração das variações de preços da cesta de consumo da população assalariada com mais baixo rendimento.” (in

[https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indicenacional-)

[de-precos-ao-consumidor.html?=&t=conceitos-e-metodos](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indicenacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=conceitos-e-metodos))

Como todos sabem, na falta de outra norma que defina o índice aplicável para a correção monetária do valor do capital social de empresas do tipo da Recorrida, deve ser aplicado o índice definido pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, previsto no § 2º do artigo 2º da

RESOLUÇÃO CVM Nº 157, DE 23 DE JUNHO DE 2022, que regulamentou os §§ 3º e 5º do art. 177 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, combinados com os incisos II e IV do § 1º do art. 22 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, aplicáveis às demonstrações contábeis das empresas de capital aberto, criando a UMC – Unidade Monetária Contábil, *verbis*:

Parágrafo Único. A UMC deve ser estabelecida com base no índice geral de preços que reflita a variação média dos preços de produtos e serviços na economia, conforme definido pela administração da companhia aberta, devendo ser divulgados os critérios e a justificativa adotados para a escolha do índice.

Seguindo esse preceito, de todos os índices considerados oficiais de cálculo e reajuste, o que mais se enquadra na hipótese legal prevista pela CVM é o IGP-M calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com a própria FGV, “O cálculo do indicador, assim como os outros dois indicadores (IGP-10 e IGP-DI), tem em conta a variação de preços de bens e serviços, bem como de matérias primas utilizadas na produção agrícola, industrial e construção civil.

Dessa forma, o resultado do IGP-M é a média aritmética ponderada da inflação ao produtor (IPA), consumidor (IPC) e construção civil (INCC).”(in <https://portal.fgv.br/noticias/igp-m-resultados-2023>)



Ou seja, o índice que deve ser aplicado para a atualização do valor em comento.

E, para que não reste dúvidas quanto ao cálculo, utilizamos o mesmo site de cálculo, com os mesmos parâmetros, chegando ao resultado de R\$ 17.182,95, acima do valor mínimo R\$ 15.200,00, equivalentes a 10% sobre o valor da contratação, de R\$ 152.00,00, conforme edital

Portanto, tudo devidamente exposto e demonstrado, não houve por parte da ora Recorrente qualquer falta de observação e atendimento ao inteiro teor das exigências constantes do edital, sendo a divergência apontada pela Recorrente decorrente de tentativa sórdida de fazer com que a Ilustríssima Pregoeira incidisse em erro, apresentando um cálculo feito sobre índice que sabe não ser aplicável à questão, visando apenas desqualificar a ora Recorrida, a fim de locupletar-se do ganho dos termos da Licitação, com a forçada saída de seus concorrentes, não por falta de qualificação em seu mister, mas por alegada falta de cumprimento dos termos do Edital da Licitação.

Assim, cabalmente expostas as razões da Contra-arrazoante, requer a devida manutenção da DECISÃO e CLASSIFICAÇÃO de lavra da Egrégia Comissão e da Ilustre Pregoeira, contidas no bojo do presente Processo de Licitação, por retratarem estas nas precisas conquistas dos participantes, aos termos da contenda, traduzindo-se na mais lúdima JUSTIÇA.”

Diante dos argumentos de ambos, passamos à análise do mérito da questão.

MÉRITO

Analisando os argumentos da Recorrente e as justificativas da recorrida, a celeuma se limitou ao índice de atualização do capital social constante do contrato social, já que a empresa Recorrida declarada vencedora na etapa de lances apresentou documentação onde consta um capital social no valor de R\$ 10.000,00, sendo que cada uma (recorrente e recorrida) utilizou um índice diferente para a atualização deste valor nos termos do artigo 31 § 3º da Lei nº 8.666/93 e item 8.4.2 do edital de Pregão.

Segundo esclarecimentos constantes no blog do site do banco Nubank¹:

“Tanto o IPCA quanto o IGP-M são indicadores que calculam e indicam a variação de preços.

IPCA é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é considerado o índice oficial de inflação no Brasil. Ele mede a variação de preços de produtos e serviços para o comprador final.

¹ <https://blog.nubank.com.br/ipca-e-igp-m-o-que-sao-e-quais-as-diferencas-entre-eles/>



IGP-M é a sigla para Índice Geral de Preços-Mercado. Ele é calculado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-IBRE) e foi concebido para ser uma medida ampla da variação de preços, englobando diversas etapas de uma cadeia produtiva – ou seja, abrange não só os preços que chegam na ponta final de venda, como também os do meio do processo.

Em outras palavras, a principal diferença entre os dois é que, enquanto o IPCA considera a variação de preços de produtos e serviços para o consumidor final, o IGP-M leva em conta a oscilação de preços em todos os estágios de produção.”

Assim, ao que nos parece, considerando que a Resolução CVM nº 157, de 23 de junho de 2022 da Comissão de Valores Mobiliários que, segundo as palavras da própria Recorrida

“...regulamentou os §§ 3º e 5º do art. 177 da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, combinados com os incisos II e IV do § 1º do art. 22 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, aplicáveis às demonstrações contábeis das empresas de capital aberto, criando a UMC – Unidade Monetária Contábil, verbis:

Parágrafo Único. A UMC deve ser estabelecida com base no índice geral de preços que reflita a variação média dos preços de produtos e serviços na economia, conforme definido pela administração da companhia aberta, devendo ser divulgados os critérios e a justificativa adotados para a escolha do índice.

Seguindo esse preceito, de todos os índices considerados oficiais de cálculo e reajuste, o que mais se enquadra na hipótese legal prevista pela CVM é o IGP-M calculado pela Fundação Getúlio Vargas.”

Portanto, a Recorrida, após leitura do dispositivo acima citado concluiu que o índice mais adequado à atualização do capital social seria o IGP-M, ao passo que a empresa Recorrente entende que o mais adequado seria o IPCA. E dependendo do índice que for aplicado o resultado da atualização é bem diverso.

Em busca nos órgãos de controle externo não localizamos decisões específicas definindo qual o índice aplicável no caso de atualização do valor do capital social, mas considerando a diferenciação entre IGP-M e IPCA, nos parece que o índice aplicável *in casu* não é o IGP-M.

Inclusive, visando uma atualização que resulte em um resultado justo, nem beneficiando e nem prejudicando a Recorrida, buscamos a atualização do valor do capital social através da Tabela de Atualização de Valores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, até porque, em caso de judicialização este seria o padrão adotado.

Utilizando a planilha do poder judiciário, onde, ao que consta, é utilizado o IPCA, foi obtido o resultado a seguir colacionado:



PREFEITURA DE NAVEGANTES



AVISO IMPORTANTE

Esta planilha foi disponibilizada gratuitamente a título de SUGESTÃO no intuito de possibilitar que os interessados apresentem o cálculo atualizado do débito sempre que necessário. A utilização desta planilha é opcional.
É importante frisar que o usuário deve ter cuidado no seu manuseio e utilizar somente os critérios determinados no título executivo, ficando inteiramente responsável pelas suas escolhas.
Salienta-se que sempre prevalecerá o entendimento do(a) magistrado(a) nas questões pertinentes aos parâmetros dos cálculos. A simples utilização da planilha não implica em certeza absoluta no seu resultado final, nem em aceitação compulsória por parte de Magistrados(as) e demais partes do processo.

Observações

- Correção monetária a partir de 01/04/1981, até o último índice disponível: 31/10/2023
- Índice de correção monetária sincronizado com o módulo de cálculos do e-proc
- A base dos índices é obtida no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
- O item "Juros legais" calcula juros de 0,5% a.m. até 11/1/2003 (basta que a data de início dos juros seja anterior a esta). A partir de 12/1/2003, serão calculados juros de 1% a.m. Os juros são contados de forma simples.
- Na opção "Taxa informada", o usuário informará o percentual mensal desejado. Os juros são contados de forma simples.
- A ferramenta está configurada para impressão do cálculo sintético. Caso necessite juntar também o cálculo analítico, basta configurar a área de impressão.
- IMPORTANTE: O índice da Corregedoria-Geral da Justiça - ICGJ equivale ao INPC em lançamentos posteriores a 01/07/1993, inclusive nos meses em que o índice (INPC) é negativo.

Correção Monetária	Juros Moratórios	Honorários	Encargos do cumprimento de sentença (art. 523 do CPC)
Índice de correção monetária: ICGJ	Calcula Juros: <input type="text"/> ex.: 50m	Honorários Advocatícios: <input type="text"/> ex.: 10%	Multa: <input type="text"/> ex.: 50m
Valor: 10.000,00 ex.: 1.000,00	Juros Mensal: <input type="text"/> ex.: 2,5%		Honorários: <input type="text"/> ex.: 50m
Data Inicial: 01/06/2016 ex.: dd/mm/aaaa	De: <input type="text"/> ex.: dd/mm/aaaa		
Data Final: 01/10/2023 ex.: dd/mm/aaaa	Até: <input type="text"/> ex.: dd/mm/aaaa		

CÁLCULO SINTÉTICO				
Descrição	Valor Original	Valor Corrigido	Juros do período	TOTAL
Atualização Monetária	10.000,00	14.231,30	0,00	14.231,30
Subtotal	10.000,00	14.231,30	0,00	14.231,30
TOTAL				14.231,30

CÁLCULO ANALÍTICO						
Sequencial	De	Até	Original	Corrigido	Juros	Total
1	01/06/2016	30/06/2016	10.000,00	10.045,43	0,00	10.045,43
2	01/07/2016	31/07/2016	10.045,43	10.109,72	0,00	10.109,72
3	01/08/2016	31/08/2016	10.109,72	10.141,06	0,00	10.141,06
4	01/09/2016	30/09/2016	10.141,06	10.149,17	0,00	10.149,17
5	01/10/2016	31/10/2016	10.149,17	10.166,43	0,00	10.166,43
6	01/11/2016	30/11/2016	10.166,43	10.173,54	0,00	10.173,54
7	01/12/2016	31/12/2016	10.173,54	10.187,79	0,00	10.187,79
8	01/01/2017	31/01/2017	10.187,79	10.230,58	0,00	10.230,58
9	01/02/2017	28/02/2017	10.230,58	10.255,13	0,00	10.255,13
10	01/03/2017	31/03/2017	10.255,13	10.287,95	0,00	10.287,95
11	01/04/2017	30/04/2017	10.287,95	10.296,18	0,00	10.296,18
12	01/05/2017	31/05/2017	10.296,18	10.333,24	0,00	10.333,24
13	01/06/2017	30/06/2017	10.333,24	10.302,24	0,00	10.302,24
14	01/07/2017	31/07/2017	10.302,24	10.319,76	0,00	10.319,76
15	01/08/2017	31/08/2017	10.319,76	10.316,66	0,00	10.316,66
16	01/09/2017	30/09/2017	10.316,66	10.314,60	0,00	10.314,60
17	01/10/2017	31/10/2017	10.314,60	10.352,76	0,00	10.352,76
18	01/11/2017	30/11/2017	10.352,76	10.371,40	0,00	10.371,40
19	01/12/2017	31/12/2017	10.371,40	10.398,36	0,00	10.398,36
20	01/01/2018	31/01/2018	10.398,36	10.422,28	0,00	10.422,28
21	01/02/2018	28/02/2018	10.422,28	10.441,04	0,00	10.441,04
22	01/03/2018	31/03/2018	10.441,04	10.448,35	0,00	10.448,35
23	01/04/2018	30/04/2018	10.448,35	10.470,29	0,00	10.470,29
24	01/05/2018	31/05/2018	10.470,29	10.515,31	0,00	10.515,31
25	01/06/2018	30/06/2018	10.515,31	10.665,68	0,00	10.665,68
26	01/07/2018	31/07/2018	10.665,68	10.692,34	0,00	10.692,34



27	01/08/2018	31/08/2018	10.692,34	10.692,34	0,00	10.692,34
28	01/09/2018	30/09/2018	10.692,34	10.724,42	0,00	10.724,42
29	01/10/2018	31/10/2018	10.724,42	10.767,32	0,00	10.767,32
30	01/11/2018	30/11/2018	10.767,32	10.740,40	0,00	10.740,40
31	01/12/2018	31/12/2018	10.740,40	10.755,44	0,00	10.755,44
32	01/01/2019	31/01/2019	10.755,44	10.794,16	0,00	10.794,16
33	01/02/2019	28/02/2019	10.794,16	10.852,44	0,00	10.852,44
34	01/03/2019	31/03/2019	10.852,44	10.936,01	0,00	10.936,01
35	01/04/2019	30/04/2019	10.936,01	11.001,62	0,00	11.001,62
36	01/05/2019	31/05/2019	11.001,62	11.018,13	0,00	11.018,13
37	01/06/2019	30/06/2019	11.018,13	11.019,23	0,00	11.019,23
38	01/07/2019	31/07/2019	11.019,23	11.030,25	0,00	11.030,25
39	01/08/2019	31/08/2019	11.030,25	11.043,48	0,00	11.043,48
40	01/09/2019	30/09/2019	11.043,48	11.037,96	0,00	11.037,96
41	01/10/2019	31/10/2019	11.037,96	11.042,38	0,00	11.042,38
42	01/11/2019	30/11/2019	11.042,38	11.102,01	0,00	11.102,01
43	01/12/2019	31/12/2019	11.102,01	11.237,45	0,00	11.237,45
44	01/01/2020	31/01/2020	11.237,45	11.258,80	0,00	11.258,80
45	01/02/2020	29/02/2020	11.258,80	11.277,94	0,00	11.277,94
46	01/03/2020	31/03/2020	11.277,94	11.298,24	0,00	11.298,24
47	01/04/2020	30/04/2020	11.298,24	11.272,26	0,00	11.272,26
48	01/05/2020	31/05/2020	11.272,26	11.244,08	0,00	11.244,08
49	01/06/2020	30/06/2020	11.244,08	11.277,81	0,00	11.277,81
50	01/07/2020	31/07/2020	11.277,81	11.327,43	0,00	11.327,43
51	01/08/2020	31/08/2020	11.327,43	11.368,21	0,00	11.368,21
52	01/09/2020	30/09/2020	11.368,21	11.467,11	0,00	11.467,11
53	01/10/2020	31/10/2020	11.467,11	11.569,17	0,00	11.569,17
54	01/11/2020	30/11/2020	11.569,17	11.679,08	0,00	11.679,08
55	01/12/2020	31/12/2020	11.679,08	11.849,59	0,00	11.849,59
56	01/01/2021	31/01/2021	11.849,59	11.881,58	0,00	11.881,58
57	01/02/2021	28/02/2021	11.881,58	11.979,01	0,00	11.979,01
58	01/03/2021	31/03/2021	11.979,01	12.082,03	0,00	12.082,03
59	01/04/2021	30/04/2021	12.082,03	12.127,95	0,00	12.127,95
60	01/05/2021	31/05/2021	12.127,95	12.244,37	0,00	12.244,37
61	01/06/2021	30/06/2021	12.244,37	12.317,84	0,00	12.317,84
62	01/07/2021	31/07/2021	12.317,84	12.443,48	0,00	12.443,48
63	01/08/2021	31/08/2021	12.443,48	12.552,98	0,00	12.552,98
64	01/09/2021	30/09/2021	12.552,98	12.703,62	0,00	12.703,62
65	01/10/2021	31/10/2021	12.703,62	12.850,98	0,00	12.850,98
66	01/11/2021	30/11/2021	12.850,98	12.958,93	0,00	12.958,93
67	01/12/2021	31/12/2021	12.958,93	13.053,53	0,00	13.053,53
68	01/01/2022	31/01/2022	13.053,53	13.140,99	0,00	13.140,99
69	01/02/2022	28/02/2022	13.140,99	13.272,40	0,00	13.272,40
70	01/03/2022	31/03/2022	13.272,40	13.499,36	0,00	13.499,36
71	01/04/2022	30/04/2022	13.499,36	13.639,75	0,00	13.639,75
72	01/05/2022	31/05/2022	13.639,75	13.701,13	0,00	13.701,13
73	01/06/2022	30/06/2022	13.701,13	13.786,08	0,00	13.786,08
74	01/07/2022	31/07/2022	13.786,08	13.703,36	0,00	13.703,36
75	01/08/2022	31/08/2022	13.703,36	13.660,88	0,00	13.660,88
76	01/09/2022	30/09/2022	13.660,88	13.617,16	0,00	13.617,16
77	01/10/2022	31/10/2022	13.617,16	13.681,17	0,00	13.681,17
78	01/11/2022	30/11/2022	13.681,17	13.733,15	0,00	13.733,15
79	01/12/2022	31/12/2022	13.733,15	13.827,91	0,00	13.827,91
80	01/01/2023	31/01/2023	13.827,91	13.891,52	0,00	13.891,52
81	01/02/2023	28/02/2023	13.891,52	13.998,49	0,00	13.998,49
82	01/03/2023	31/03/2023	13.998,49	14.088,08	0,00	14.088,08
83	01/04/2023	30/04/2023	14.088,08	14.162,74	0,00	14.162,74
84	01/05/2023	31/05/2023	14.162,74	14.213,73	0,00	14.213,73
85	01/06/2023	30/06/2023	14.213,73	14.199,51	0,00	14.199,51
86	01/07/2023	31/07/2023	14.199,51	14.186,74	0,00	14.186,74
87	01/08/2023	31/08/2023	14.186,74	14.215,11	0,00	14.215,11
88	01/09/2023	30/09/2023	14.215,11	14.230,75	0,00	14.230,75
89	01/10/2023	01/10/2023	14.230,75	14.231,30	0,00	14.231,30

Verificamos, na tabela acima, que o valor se aproximou muito daquele indicado pela Recorrente em seu recurso, ou seja, de fato, pela atualização não é atingido o percentual de 10% do valor da contratação, já que a Recorrida venceu com uma proposta no valor de R\$ 152.000,00 (cento e cinquenta e dois mil reais), necessitando, portanto, de um valor de capital social de pelo menos R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais).



DECISÃO

Por todo o acima exposto, CONHEÇO do RECURSO apresentado pela empresa ODONTO BLU COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA contra a habilitação da empresa HUBERMED EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA para, NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO, declarando INABILITADA a empresa HUBERMED EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA no Pregão Eletrônico nº 37/2023 nos termos da presente decisão. Remeta-se à autoridade superior para análise e manifestação.

Navegantes, 05 de dezembro de 2023.

Carla Claudino

Pregoeira